



Investimento em infraestrutura na América Latina e no Caribe

Izabela Karpowicz, Troy Matheson, e Svetlana Vtyurina

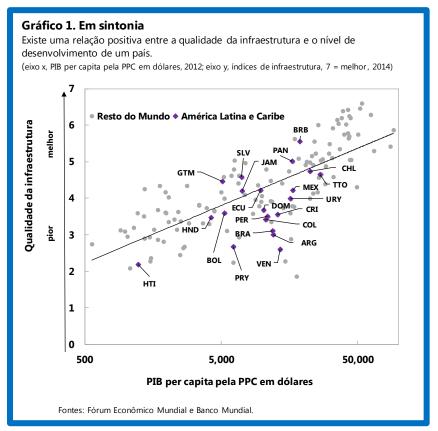
9 de junho de 2016

A infraestrutura é essencial para o desenvolvimento e a prosperidade de um país, pois facilita a atividade econômica ao aumentar a produtividade, a competitividade e o comércio, tanto dentro como fora das fronteiras do país. Na América Latina e no Caribe, porém, o nível e a qualidade da infraestrutura são inadequados e foram identificados como uma das principais barreiras ao crescimento e desenvolvimento, apesar da modernização da rede de infraestrutura da região nos últimos 20 anos.

No nosso mais recente <u>relatório regional</u>, examinamos o estado da infraestrutura na América Latina e Caribe e identificamos as principais áreas em que as redes de infraestrutura podem ser melhoradas.

Qual é a situação na região?

O crescimento econômico e o investimento em infraestrutura se reforçam mutuamente. De um lado, o crescimento ajuda a produzir os recursos necessários para custear o investimento em infraestrutura e impulsiona a demanda por serviços de infraestrutura melhores: de outro, melhorias na infraestrutura respaldam a atividade econômica e aumentam o potencial produtivo do país com o passar do tempo. Assim, não é de surpreender que haja uma relação positiva entre a qualidade da infraestrutura e os níveis de renda nos países (Gráfico 1). Mas o gráfico mostra



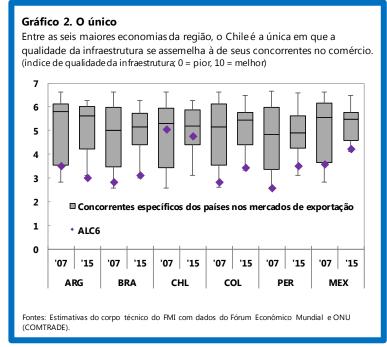
que, em muitos países na América Latina e no Caribe, a qualidade da infraestrutura é mais baixa do que se poderia esperar pelo nível de desenvolvimento (conforme medido pela renda per capita relativa). De fato, os países da região têm uma infraestrutura de qualidade mais baixa

em comparação à dos países de outras regiões e níveis de renda semelhantes. Esse déficit de infraestrutura é ainda mais pronunciado em comparação às economias avançadas.

No nosso estudo, também constatamos que muitos países da região têm redes de infraestrutura muito ruins em comparação a seus concorrentes nas exportações (Gráfico 2). No contexto atual de demanda externa fraca, a perda de competitividade devido à qualidade da infraestrutura física tem sido um grande obstáculo ao crescimento. Isso destaca a necessidade de esforços mais concertados para melhorar a qualidade da infraestrutura na região.

Recuperar o terreno perdido

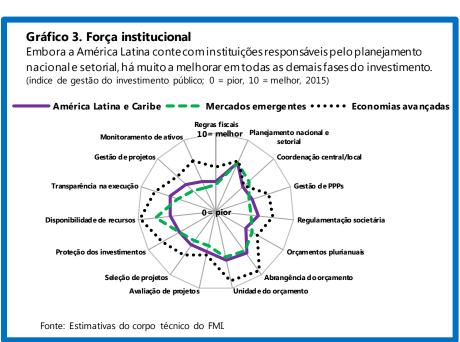
Os governos têm um importante papel a desempenhar no estímulo



ao investimento em infraestrutura, mas a gestão do investimento público em infraestrutura pode ser um desafio. De modo geral, os economistas concordam que vários fatores, como os mecanismos jurídicos, institucionais e processuais para a gestão do investimento público, ajudam a determinar não apenas o nível e a composição do investimento em infraestrutura, mas também seu impacto sobre a economia. Nesse sentido, o FMI desenvolveu um quadro para fazer avaliações amplas da gestão do investimento público. Essa ferramenta leva em consideração as práticas e quadros que apoiam todo o processo de investimento e ajuda a

identificar áreas com potencial para melhorias.

No caso da América Latina e Caribe, o quadro mostra que, de modo geral, a região conta com instituições responsáveis pelo planejamento nacional e setorial (Gráfico 3). Mas há atributos básicos relacionados a todos os demais aspectos do processo de investimento público que podem ser melhorados,



sobretudo em comparação às economias avançadas. O interessante é que a região se sai melhor do que outros mercados emergentes em termos de transparência na avaliação, execução e gestão de projetos. Mas seu desempenho é bastante ruim em termos de disponibilidade de recursos e uso de quadros orçamentários plurianuais. O investimento em infraestrutura e a manutenção da infraestrutura já existente também precisam ser mais bem protegidos ao longo do ciclo econômico a fim de melhor preservar a qualidade da infraestrutura. Isso posto, alguns países da região se destacam por seu desempenho relativamente bom nessas dimensões (por exemplo, o México, pela disponibilidade de recursos, e a Colômbia, pelo seu processo orçamentário plurianual).

Para além do dinheiro público

Eliminar os déficits de infraestrutura não é uma questão que envolve apenas o uso do dinheiro público. Conforme discutimos no nosso relatório, o setor privado tem cumprido um papel cada vez mais ativo na oferta de infraestrutura — e as políticas públicas também podem ter como objetivo catalisar e apoiar o investimento privado em infraestrutura. A participação do setor privado deve ser estimulada mediante, por exemplo, a melhoria dos quadros regulatórios, a solidez econômica das estruturas de taxas e a proteção adequada dos contratos. Quando for possível obter ganhos de eficiência, deve-se utilizar também as parcerias público-privadas, mas é crucial zelar para que os riscos para os orçamentos públicos sejam geridos de forma proativa e registrados com transparência.

O desenvolvimento de mercados financeiros locais modernos para títulos de infraestrutura e outras formas inovadoras de financiamento também pode ajudar a mobilizar recursos para projetos e, ao mesmo tempo, conter o risco cambial. Vários países fizeram importantes avanços nessas áreas (o Brasil, por exemplo) e oferecem exemplos úteis para o conjunto da região.

Se o progresso na melhoria das redes de infraestrutura na América Latina e Caribe for interrompido, o risco é que a infraestrutura insuficiente prejudique cada vez mais o crescimento e as perspectivas de desenvolvimento da região. O reforço dos processos e práticas de gestão do investimento público é importante para assegurar o uso eficiente do dinheiro dos contribuintes, e uma regulamentação inteligente permitiria aproveitar ao máximo a capacidade do setor privado de contribuir para o esforço de construção da infraestrutura.



Izabela Karpowicz é economista sênior da Divisão Sul 1 do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, como parte da equipe responsável pelo Brasil. Trabalhou também em diversos outros departamentos do FMI, como o Departamento de Finanças Públicas e o Departamento de África. Suas pesquisas tratam de diversos tópicos, como parcerias público-privadas, descentralização fiscal e inclusão financeira.



Troy Matheson é economista sênior da Divisão Sul 1 do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, onde realiza estudos concentrados no Brasil. Trabalhou também no Departamento de Estudos. Antes de ingressar no FMI em 2009, foi assessor no Banco da Reserva da Nova Zelândia. O principal foco de suas pesquisas são as previsões e a modelagem macroeconômicas.



Svetlana Vtyurina é economista sênior do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, atualmente responsável pelo Peru. Trabalhou com diversas economias de mercados emergentes. Sua experiência anterior inclui programas na Ásia Central e África e funções como assessora do Diretor Executivo para a Federação da Rússia. Seus estudos tratam da política monetária e de questões financeiras, bem como dos desafios fiscais enfrentados pelos produtores de commodities.